

O ENSINO DE QUÍMICA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: RELAÇÃO ENTRE OS SABERES LOCAIS E O CONHECIMENTO ESCOLAR NA COMUNIDADE DE PATAXÓ – IPANGUAÇU/RN

Vanderlânia Dantas Ricardo¹
Jaciária de Medeiros Morais²
Monalisa Porto Araújo³

RESUMO

O presente artigo é um recorte de uma pesquisa monográfica do curso de Licenciatura em Química, que teve como objetivo analisar quais saberes populares da comunidade de Pataxó – Ipanguaçu/RN tem potencial para serem trabalhados no ensino de Química. Para isso, foi realizado uma pesquisa de cunho qualitativo, optando pela pesquisa bibliográfica e participante, e os fundamentos da reflexão se pautaram nos estudos de Arroyo (1999), Brandão (1987), Caldart (2004), Freire (2013), como outros autores e documentos. Para tal intento, toma-se como *corpus* da pesquisa, entrevistas com 05 moradores da comunidade de Pataxó; observação participante das aulas de um professor de Química, registrada em um Diário de Bordo; e aplicação de questionário com 15 estudantes da 1ª Série do Ensino Médio. De acordo com a interpretação dos dados construídos na investigação, mapeamos saberes que a comunidade tem e que podem ser contextualizados com os conteúdos da disciplina de Química, identificamos também que o docente da investigação, considera importante a contextualização desses saberes na sala de aula, e o mesmo não recebeu formação para atuar em uma perspectiva de educação do campo, o que impossibilita, em partes, de contribuir de maneira mais efetiva na aprendizagem significativa dos seus alunos.

Palavras-chave: Saberes Comunitários, Educação do Campo, Ensino de Química.

INTRODUÇÃO

Investigar sobre o Ensino de Química na Educação do Campo nasce de diversas inquietações; umas de cunho pessoal, outras profissionais e algumas acadêmicas. Os sentidos contruídos por ser moradora de uma comunidade do campo, de não ter tido a oportunidade de estudar em uma escola do campo, da formação na Educação Básica enraizada na zona urbana, marcam e impulsionam a escolha da temática.

Nesta perspectiva, sentimos a necessidade de pesquisar este espaço de atuação, mais especificamente, os conhecimentos da disciplina de Química na rede pública de ensino, pois defendemos que o direito à educação deve considerar o contexto cultural, respeitar e

¹Graduanda do Curso de Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, dantas_vanderlania@outlook.com;

²Apoio Pedagógico da Escola Estadual Juscelino Kubitschek – Assu/RN, jacy_medeiros@hotmail.com;

³Professora orientadora: doutora, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, monalisa.porto@ifrn.edu.br.

possibilitar a concretização do direito de aprender e compartilhar conhecimentos, interagir com os demais alunos da classe e sentir-se valorizado.

A comunidade de Pataxó, zona rural do Município de Ipanguaçu/RN, foi escolhida para contribuir na realização deste trabalho, por ser uma comunidade rica em saberes com homens e mulheres que se dedicam a realização de diversas atividades favorecedoras do crescimento econômico, social e cultural da população que reside nessa localidade.

O presente trabalho propõe analisar quais saberes populares da comunidade de Pataxó – Ipanguaçu/RN tem potencial para serem trabalhados no ensino de Química. Uma análise realizada a partir de práticas de pesquisas bibliográfica e pesquisa participante. Os fundamentos da nossa reflexão se pautaram nos estudos de Arroyo (1999), que realiza uma discussão acerca da educação do campo e os movimentos sociais; Brandão (1987), que faz uma abordagem sobre a pesquisa participante, Caldart (2004), autora que defende os movimentos sociais; e Freire (2013), grande defensor da educação popular e dos temas geradores.

A pesquisa participante foi realizada por meio da convivência e entrevistas fornecidas por 05 moradores da comunidade em que a escola está situada; por observação participante das aulas de um professor de Química do Ensino Médio, registrada em um Diário de Bordo; e aplicação de questionário com 15 estudantes da 1ª Série do Ensino Médio.

METODOLOGIA

As práticas metodológicas foram embasadas na pesquisa bibliográfica e empírica, objetivando trabalhar as relações entre o ensino de Química e a Educação do Campo. Assim, no tocante aos elementos empíricos, escolhemos como *lócus* de pesquisa um dos distritos do município Ipanguaçu/RN, a comunidade de Pataxó, para desenvolver o nosso trabalho. O critério de escolha ocorreu mediante proximidade entre a pesquisadora e os sujeitos pesquisados. Por já conhecer alguns moradores e trabalhar na localidade. Esse fato foi priorizado para possibilitar uma interação mais fluente para os fins da pesquisa.

O outro *lócus* da pesquisa foi a Escola Estadual Maria da Glória de Azevedo Luna. A escola oferta os segmentos da Educação de Jovens e Adultos, e Ensino Médio Regular, funcionando no turno noturno, no Distrito de Pataxó – Ipanguaçu/RN. O critério de escolha pela escola ocorreu por ser uma instituição escolar situada no campo e que oferece o Ensino Médio, e dessa forma o ensino de Química. Elencando que no município de Ipanguaçu tem no total de duas escolas que oferece o ensino de Química, situada no campo.

Os participantes da nossa pesquisa foram: um professor de Química que está em exercício na sala de aula, uma turma de alunos da 1ª Série do Ensino Médio, e alguns moradores da comunidade de Pataxó. Pessoas que se disponibilizaram a contribuir para que a nossa pesquisa pudesse obter os resultados planejados.

Essas dimensões da nossa investigação se alinham à pesquisa participante, que de acordo com Brandão (1986) é um estudo baseado a partir das experiências reais dos sujeitos pesquisados, essa foi nossa pretensão em realizar primeiro o levantamento dos saberes da comunidade para depois chegar ao espaço de sala de aula e atuação docente. Enfatizando que em uma pesquisa participante o pesquisador cria solidariamente saberes com a comunidade, mas nunca impõe partidariamente conhecimentos e valores. Brandão (1986) destaca ainda que:

[...] de um modo geral a *pesquisa participante* deve ser encarada como um instrumento de trabalho não menos confiável e rigoroso do que a pesquisa acadêmica, pelo de se propor como uma atividade mais coletiva, mais participativa e mesmo mais popular. É um instrumento de conhecimento sistemático da vida social é menos científico por pretender realizar no interior das experiências prática das “causas populares”, algumas novas integrações e interações entre esferas de competência científica, pedagógica, ética e política (BRANDÃO, 1986, p. 12-13).

Entende-se que a pesquisa participante é um estudo feito com um grupo de pessoas, na qual o pesquisador objetiva ouvir, sentir e conviver com a história e todo o contexto de vida da comunidade pesquisada. Esse tipo de pesquisa está bastante associado com a pesquisa popular, em que o pesquisador tem uma vivência com a comunidade e a população, sendo integrante de todo o processo da pesquisa.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, inicialmente foram feitas entrevistas com alguns moradores da comunidade, com o objetivo de realizar um mapeamento sobre a comunidade em relação às práticas e os saberes produzidos nas suas dinâmicas cotidianas. Essas entrevistas foram do tipo semiestruturadas, visando um número maior de informações. (LUDKE & MARLI, 1986).

Depois da realização do referido mapeamento, foram feitas as visitas à escola campo da pesquisa, principalmente à sala de aula, aonde foi apresentado à proposta de trabalho. Posteriormente aconteceram às observações que foram realizadas durante um mês.

A observação participante, o tipo de observação trabalhada nessa pesquisa, os autores se centram numa nova proposta de pesquisa, buscando uma investigação, preferencialmente em setores populares, no caso uma escola pública situada em espaço do campo. O pesquisador

nesse tipo de pesquisa acompanha e vive a situação pesquisada plenamente, ressaltando que, o pesquisador não pode deixar se confundir como membro do grupo.

Vários autores concebem a pesquisa participante como uma técnica de observação participante, a esse respeito Brandão (1987, p. 83) relata que: “Trata-se de estabelecer uma adequada participação dos pesquisadores dentro dos grupos observados de modo a reduzir a estranheza recíproca”. Nesta perspectiva entendemos que os pesquisadores são convidados e encontram-se dialogicamente na convivência com o grupo, de modo a compartilhar, ainda que de forma elementar e limitada, dos hábitos e formas de vida do grupo pesquisado.

Ao longo das observações foi realizado um questionário com o grupo de 15 discentes, com perguntas subjetivas, com a finalidade de conhecer os alunos e o contexto no qual os mesmos estão inseridos. Perguntas que retratavam temas relativos: a localidade, a disciplina de Química, aos saberes da comunidade e ao Ensino Médio e planejamento.

Ao final dessas observações, foi realizada uma entrevista com o docente, do tipo semiestruturada com perguntas abertas, a fim de obtermos uma maior interação entre o pesquisador e o entrevistado e buscando, dessa forma, maior liberdade de expressão e possibilidades dialógicas e de interpretações.

Falando dos procedimentos adotados nessa pesquisa como fonte de registro utilizamos também um diário de bordo, na qual estão registrado as nossas visitas ao campo da pesquisa. O diário de bordo ajudou na prática reflexiva das observações realizadas, na medida que favoreceu um pensar crítico e uma sistematização, por parte da pesquisadora, acerca das experiências vivenciadas e a percepção mais sensível enquanto a dinâmica de pesquisa acontece. Zabalta (2014) destaca que os diários contribuem de forma notável para manter um círculo de melhoria das nossas atividades.

DESENVOLVIMENTO

O Ensino Médio, como etapa final da Educação Básica, é obrigatório aos jovens menores de 18 anos, sua oferta se estende também a formação do adulto que não frequentou ou abandonou essa etapa de ensino. É assegurado como direito social e garantido gratuidade a toda a população, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96, sendo reformulado com a Lei de Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

A formação no Ensino Médio vem sendo marcada por alguns conflitos. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), expressa alguns desses conflitos que envolvem não só

esta etapa de ensino, também o Ensino Fundamental, no qual o desempenho do Ensino Fundamental está diretamente relacionado ao desempenho no Ensino Médio.

O desempenho insuficiente dos alunos nos anos finais do Ensino Fundamental, a organização curricular do Ensino Médio vigente, com excesso de componentes curriculares, e uma abordagem pedagógica distante das culturas juvenis e do mundo do trabalho (BNCC/MEC. 2018, p. 461).

Estes como outros, são dilemas sentidos por professores e alunos na formação escolar, no qual há um distanciamento de uma abordagem pedagógica que trabalhe as culturas dos jovens, prejudicando a aprendizagem dos educandos que precisam sistematizar o conhecimento para a vida, para o mundo do trabalho e para melhor desempenho nos exames nacionais e internacionais ao final da educação básica.

Entendemos que a contextualização é um dos eixos norteadores para se conseguir essa aprendizagem que tenha sentido para os alunos. Com um ensino contextualizado o aluno pode adquirir conhecimentos científicos, articulados com aplicações e implicações na sociedade, em paralelo com situações presentes na vida dos alunos. Sousa (2015) elenca que:

A contextualização é, portanto, um exercício necessário para o bom andamento do processo de ensino-aprendizagem, pois ela desperta o educando para uma visão mais ampla de aspectos sociocientíficos, assim como a Química é para a educação, o meio coparticipante da interpretação do mundo e da ação responsável na realidade (SOUZA, 2015, p. 20).

Também, se entende que, com o ensino contextualizado o aluno pode deixar de ser um sujeito passivo para ser ativo no desenvolvimento do ensino e aprendizagem, mas lembrando de que com a contextualização não vai ser eliminado os conteúdos da matriz curricular das disciplinas, e nem poderia, mas com contextualização vai contribuir para a construção de uma aprendizagem mais significativa.

Considerando, assim, o direito à educação garantido pela Legislação Educacional, o princípio pedagógico e político da contextualização e da consolidação de uma aprendizagem significativa, a Educação do Campo surge como uma vertente política e pedagógica, movida pela sociedade civil na defesa de práticas e ações que não distanciem saberes escolares e comunitários. Essa integração de saberes é núcleo central de uma relação de saberes solidária (PORTO ARAÚJO, 2011), que considera não apenas a vivência de educação no espaço do campo, mas a valorização das dinâmicas sociais das populações camponesas e o

fortalecimento de suas identidades. É uma concepção que emerge do seio popular e exige que as instituições estatais e comunidade se integrem na construção de outra educação.

Na década de 90 a educação do campo ganhou maior ênfase, mas já existiam várias movimentações populares, como a experiência de Paulo Freire com agricultores e do Movimento de Educação de Base (MEB) de jovens e adultos agricultores. Freire é uma das grandes referências para a educação popular, o educador buscou uma apropriação dos saberes pelo sujeito em aprendizagem. Negando um ensino bancário e pobre em significado para o educando. Com uma preocupação voltada à prática educativa dos camponeses, não se preocupando com o espaço geográfico apenas, mas sim, com os sujeitos e suas relações (PORTO ARAÚJO & SILVA & SOUSA, 2013).

Essa abordagem envolvendo a valorização do sujeito e não apenas do espaço geográfico, defendida também por Pelicione (2008), apresenta a visão de que as escolas devem oportunizar uma formação para os alunos enfrentar os desafios durante sua formação escolar e social no espaço que esteja inserido.

Caldart (2004) destaca que foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que tomou a escola do campo como direito, com a possibilidade de uma escola que fizesse a diferença na vida das pessoas do campo. Assim, como os assentamentos dos trabalhadores do MST que lutam por escolas, com um ensino que valorize os direitos dos envolvidos em seu processo educativo. A população do campo objetiva estudar, não em uma escola elitizada, mas em uma instituição de ensino que atenda as necessidades dos seus educandos.

Freire (1987) destaca a importância dos temas geradores para as situações de ensino e aprendizagem. O ser humano tem a capacidade de decodificar situações da sua vida, e que cada estudante dispõe em si próprio, ainda que de forma rudimentar, os conteúdos curriculares das disciplinas. Dessa forma, os temas geradores apresentam potencial de tornarem-se ponto de partida na construção do conhecimento. Para Freire (1987, p. 56) “É importante reenfatizar que o “tema gerador” não se encontra nos homens isolados da realidade, nem tampouco na realidade separada dos homens. Só pode ser compreendido nas relações homens-mundo”.

De acordo com Arroyo (1999) a Educação do Campo pode ser entendida com gestos, ritmos, e não apenas com palavras, sendo um processo de ensino e aprendizagem, podendo acontecer de diversas formas possíveis, mas conectada a realidade do sujeito em aprendizagem.

A população camponesa tem o direito de continuar no campo, sendo camponeses, produzindo não só alimentos para alimentar a população mundial, mas para, além disso, há

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

uma produção de cultura, pois o campo é espaço de cultura, agricultura, pesca, gastronomia e autonomia também. Por isso, deve-se refletir sobre conteúdos a serem explorados na escola, buscando, a partir do entrecruzamento de saberes e sabores, como disse Marschener (2012) uma relação muito estreita entre o saber e o sabor, na produção de alimentos se exige conhecimentos, na qual a ciência estar presente, no tratamento com os temperos, no uso das ervas, no cozimento dos alimentos, como em outros momentos.

Os seres humanos já nascem com a obrigação de aprender, sendo esta uma das formas de apropriar-se do mundo, Charlot (2000) faz uma diferenciação entre saber e o aprender, no qual o aprender seria algo bem mais amplo. Aprender está relacionado a dominar certo conteúdo intelectual, gramática, português, geografia, por exemplo. Assim como dominar certas atividades ou entrar em certas formas relacionais. Já a relação com o saber, Charlot (2000, p. 79) elenca que:

Analisar a relação com o saber é estudar o sujeito confrontando à obrigação de aprender, em um mundo que ele partilha com outros: a relação com o saber é relação com o mundo, relação consigo mesmo, relação com os outros. Analisar a relação com o saber é analisar uma relação simbólica, ativa e temporal (CHARLOT, 2000, p. 79).

Entendemos dessa forma, que para adquirir um saber precisamos de varias relações, não dependendo somente do sujeito pesquisador, sendo a relação com o saber uma relação com o mundo, em um sentido coletivo de pessoas, como um mundo particular de cada pessoa. A comunidade escolar precisa ouvir e trabalhar os saberes da comunidade dos alunos em paralelo com os saberes e o aprender escolar.

É cogente a comunidade escolar realizar junto com os alunos um levantamento dos saberes que aquela comunidade possui e que possa compartilhar com o meio escolar e ressignificar o campo científico. Gerando, dessa forma, uma aprendizagem mais significativa para os alunos, que é a razão do processo de ensino e aprendizagem. As atividades desenvolvidas nesse formato vão ser imbuídas de sentido, concretizando assim, os objetivos propostos no inicio de cada ano letivo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Buscando conhecer os saberes comunitários da população de Pataxó, na primeira parte da aplicação empírica do nosso trabalho, realizamos as entrevistas com alguns moradores da comunidade objetivando, conhecer por meio de um mapeamento dos saberes, identificando

saberes que poderiam ser trabalhados como fortalecedores da aprendizagem dos discentes. Assim, passaremos a descrever e depois analisar os resultados que obtivemos a partir das respostas dos moradores da comunidade, na qual buscaremos compreender cada uma das respostas dos entrevistados.

A primeira pergunta foi relacionada ao surgimento da comunidade, envolvendo os primeiros habitantes, origem do nome como outras particularidades. Os nossos entrevistados serão identificados por nomes fictícios: Francisco, Maria, Paula, Joana, Francisca. Com relação a essa primeira pergunta as respostas foram bastante similares, que a origem da comunidade está relacionada com os índios, que um dos responsáveis pelo o seu desenvolvimento foi Eurípedes Floresta um engenheiro que veio do estado de Pernambuco.

De acordo com algumas leituras realizadas durante o nosso processo de formação acadêmica podemos trabalhar essa temática origem da comunidade e todos os seus desdobramentos de uma forma interdisciplinar envolvendo conhecimentos de: Língua Portuguesa, Matemática, História, assim como, Química. Os moradores ainda relataram em seus depoimentos a relação entre o crescimento populacional e econômico da comunidade com a construção do açude. O açude contém um precioso líquido que é a água, temática possível de ser trabalhada em todas as disciplinas anteriormente citadas.

A nossa segunda pergunta foi com relação às atividades desenvolvidas pelos moradores na comunidade, as respostas convergem para as atividades de pesca, agricultura e o comércio, esta última desenvolvida de forma bastante tímida. Essas atividades são práticas que a Química estar presente, podendo ser bastante trabalhadas em sala de aula.

Na agricultura, por exemplo, a Química estar presente desde a escolha do solo apropriado, os tipos de compostos utilizados para que as plantas cresçam fortes, se fazem uso de agrotóxicos ou não. O uso de agrotóxicos traz uma série de problemas para a saúde humana, de acordo com Bralbante e Zappe (2012, p. 10), o “homem sempre buscou maneiras para combater as pragas que atacavam as plantações: desde rituais religiosos até o desenvolvimento de agrotóxicos. O uso destes foi um dos grandes avanços que proporcionou o aumento da produção de alimentos”. Avanços tiveram, no entanto, a qualidade dos alimentos produzidos foi reduzida bastante.

Também foi questionado sobre os saberes comunitários e sua relação com a comunidade científica. Os nossos entrevistados destacaram ser muito importante a presença e o estudo destes saberes na sala de aula. A seguir, podemos observar a fala da entrevistada Paula (2019).

Com certeza, eu acho não somente interessante, mas essencial, porque o conhecimento científico ele tem que vir atrelado à realidade da gente, ele tem que ser construindo a partir da nossa realidade, para quem esteja recebendo esse conhecimento: os jovens e as crianças, eles se reconheçam enquanto construtores daquele conhecimento também. Então eu acho de extrema importância (Moradora Paula, Entrevista 2019).

Entende-se dessa forma que a escola do campo é espaço de valores, saberes e singularidades, na qual os seus educandos são sujeitos que devem ser participantes desse processo de formação escolar, sendo pessoas ativas, e não passivas. Mas para que o educando possa adquirir o conhecimento institucional é cogente que haja uma interação do indivíduo com o seu meio, ou seja, conhecimento popular e científico (CALDART, 2000).

Ao longo da nossa pesquisa analisamos também as concepções e práticas do docente e dos discentes. Dessa vez, elencando o contato com o espaço escolar e as relações entre os sujeitos. Estivemos em contato com a escola durante um mês, mais especificamente a sala da 1ª Série do Ensino Médio, como já foi ressaltando anteriormente nesse trabalho. Uma sala composta por 18 alunos oriundos de três comunidades: Pataxó, São Miguel e Barra. Uma sala de aula com uma boa estrutura física, bem arejada e uma boa iluminação.

Com base nos dados da nossa pesquisa, percebe-se que dos 15 alunos participantes do questionário, todos são moradores do campo e, além disso, estudam em uma instituição localizada no espaço do campo. Sobre essa discussão Pelicione (2008) ressaltava que, o que define uma escola ser ou não do campo não é o aspecto geográfico, onde esteja localizada, mas sim, os traços que envolvem a identidade sociocultural dos alunos.

Concordamos com Pelicione (2008), o que define se uma escola é do campo ou não, são seus sujeitos, na qual o currículo deve estar sempre voltado para o desenvolvimento dos educandos e da localidade. Tendo uma preocupação com a realidade dos mesmos, procurando metodologias que venham atender as suas necessidades educacionais. Perguntamos aos estudantes também, o que eles esperavam aprender na disciplina de Química, as respostas foram as mais diversas possíveis, algumas bem entusiasmadas, outras nem tanto. Do total de alunos que participaram do questionário, mais da metade tem um desejo de aprender tudo relacionada à Química, 40% quer mais práticas nas aulas, e apenas 7% deseja aprender mais fórmulas.

Ao final do questionário com os discentes solicitamos que os mesmos realizassem uma breve descrição da comunidade, ressaltando também se pretende continuar morando na mesma ao concluir a Educação Básica. De acordo com a nossa construção de dados apenas 27% dos alunos pretendem continuar na comunidade após concluir o Ensino Médio, foi

apresentado nas conversas formais e informais com a turma vários fatores, como falta de trabalho, diversão, falta de tranquilidade por causa dos frequentes assaltos, ausência de cursos para formação profissional, entre outros fatores.

Para entender os posicionamentos dos alunos participantes da nossa pesquisa, temos que compreender, inicialmente, o sentimento de pertencimento. Arroyo (1999) faz algumas considerações, que um cidadão tem pertencimento a um local quando se sente membro daquela localidade, se identificando com o local e as pessoas ali residentes, dessa forma vai querer bem, vai cuidar, procurando também formas de continuar morando, fazendo parte deste espaço. Em algumas falas os alunos consideram a comunidade bonita, com lindas paisagens, calma, no entanto tem o desejo de morar em outra cidade para ficarem mais próximas de oportunidades de trabalho e estudo.

Na entrevista com o professor questionamos o entendimento do docente acerca da educação do campo, e o que seria uma escola trabalhando nessa perspectiva, desta indagação obtivemos a seguinte resposta:

Eu acho que a educação do campo deve está relacionada às vivências, às necessidades e à realidade da comunidade local, a ideia é para estarem direcionadas as necessidades de conhecimento de aprendizagem para uma melhor qualificação das pessoas que vivem no campo (Professor Colaborador, 2019).

O docente ressaltou na sua fala palavras como vivências, comunidade e realidade, isso nos remete a um pensamento de Caldart (2000), quando a mesma destaca um desejo de não cortar as raízes, de se buscar por um trabalho em parcerias, a escola integrada com a família e a comunidade do educando. Ressaltamos também, que o docente não considerou a Escola Estadual Maria da Glória uma escola do campo, justificando que falta uma organização curricular para tornar a escola do campo uma matriz curricular nova. Nessa linha de pensamento perguntamos ao docente como ele observava a relação entre conhecimentos científicos e saberes comunitários, sua resposta foi a seguinte:

Os saberes comunitários eles devem ser trabalhados, usados para ampliar o conhecimento científico, para que a partir do conhecimento comunitário ele consiga ter uma visão científica do que acontece no âmbito científico (Professor Colaborador, 2019).

Fica entendido dessa forma, que com a introdução dos saberes comunitários na sala de aula pode-se observar um fazer pedagógico mais prazeroso, possibilitando também, ampliar

os caminhos para uma aprendizagem científica, podendo entender essa prática como uma ação humanizada. Aprofundando mais essa questão Arroyo (1999) ressalta que como educadores o nosso olhar não deve ficar restrito somente a escola, a um programa específico, a uma metodologia ultrapassada, a uma titulação, mas entender a educação do campo como processo atrelado aos movimentos sociais que vêm se formando, pois faz parte da educação escolar a formação do ser humano por completo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acerca da nossa pesquisa devemos considerar que os desafios enfrentados foram muitos, como os muitos dos que virão, e precisamos enfrentar em prol de uma educação do campo, alinhada com as expectativas e demandas da comunidade e seus sujeitos. A medida que as leituras e o estudo de campo foram sendo aprofundados, compreendemos que as escolas do campo necessitam de um olhar maior e mais cuidadoso a sua volta.

No decorrer da pesquisa, observando as necessidades educacionais e sociais dos seus educandos, trabalhando no sentido de reduzir o êxodo rural, como bem foi enfatizado nas falas dos educandos, de não quererem continuar morando na comunidade por muito tempo por vários motivos: falta de oportunidades de trabalho, de formações voltadas ao público jovem, entre outros fatores. Esse fato pode ser reduzido se associarmos em sala de aula os conteúdos curriculares das disciplinas com os saberes da comunidade.

A sociedade, assim como a escola pode criar ou mostrar novas possibilidades de morar no campo. Entende-se que a escola do campo não pode ser somente espaço de aprender a ler e escrever, assim como resolver as quatro operações, mas é um espaço de organização, de vivências para o exercício para cidadania.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzales; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo.** – Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção por uma educação básica do campo, nº 2.

BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salette. **Projeto popular e escolas do campo.** – Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 2000. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, nº 3.

BRANDÃO, Carlos Rodriguês. **Repensando a pesquisa participante.** 3ª edição – editora brasiliense, São Paulo, 1987.

BRANDÃO, Carlos Rodriguês. **A pesquisa participante e a participação da pesquisa**, São Paulo, 1986.

BRAIBANTE, M. E. F.; ZAPPE, J. A. **A Química dos Agrotóxicos**. Revista Química nova na Escola, V. 34, n°. 1, p. 10-15. 2012.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a Base – BNCC, disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf acesso: 23 de março de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do movimento sem terra** – 3 Ed – São Paulo, expressão popular, 2004.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Trad, Bruno Magne. Porto Alegre: Artmed, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários á prática educativa. 46 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

LÜDKE, Menga. MARLI, Eliza Dalmazo Afonso de André. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas.– São Paulo: EPU, 1986.

MARSCHNER, Walter Roberto. **Saberes da terra**: teoria e vivências. Dourados: Ed. UFGD, 2012, 268 p.

PELICIOLI, Lucivana. **Educação do campo**: Perspectivas e realizações nas escolas estaduais localizadas no município de Cascavel. Cascavel: 2008.

PORTO ARAÚJO, Monalisa; SILVA, Severino Bezerra; SOUSA, Israel Soares. **Freire e a Educação Popular do campo**: o fortalecimento da cultura popular. 2013. Disponível em: < http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/publicacoes-seminarios-do-gepec/seminarios-de-2013/4-educacao-do-campo-escola-curriculo-projeto-pedagogico-e-eja/d09-freire-e-a-educaca-popular-do-campo-o.pdf/at_download/file> Acesso em: 13/06/2019.

PORTO ARAÚJO, Monalisa. **A relação entre saberes na construção de uma escola popular do campo**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011.

SOUSA, Lidiane Cristina de. **Contextualização no ensino de Química**: perspectivas dos professores da educação básica. Monografia (Curso de Licenciatura em Química) – IFRN. Ipanguaçu/RN, 85 f, 2015.

ZABALTA, Miguel A. **Diários de aula**: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional. Porto Alegre: Artmed, 2004.